



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS ARAPIRACA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CHARLES MICAEL VIEIRA SILVA

**O CONTROLE PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: ANÁLISE  
SITUACIONAL DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE ALAGOAS (UNEAL)**

Arapiraca  
2018



CHARLES MICAEL VIEIRA SILVA

**O CONTROLE PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: ANÁLISE  
SITUACIONAL DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE ALAGOAS (UNEAL)**

Artigo apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Ma. Nadja Maria do Nascimento

Arapiraca  
2018

**CHARLES MICAEL VIEIRA SILVA**

**O CONTROLE PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: ANÁLISE SITUACIONAL DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS (UNEAL)**

Artigo apresentado ao curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título em Bacharel em Administração Pública.

Data de Aprovação: 03 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Nadja Maria do Nascimento

Prof.<sup>a</sup> Ma. Nadja Maria do Nascimento – Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
(Orientadora)

Weidila Siqueira Miranda Gomes

Prof.<sup>a</sup> Ma. Weidila Siqueira Miranda Gomes – Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
(Examinadora)

Charles Cariri Costa Silva

Prof.<sup>o</sup> Charles Cariri Costa Silva – Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
(Examinador)

## **RESUMO**

A partir da análise situacional das atividades desenvolvidas no âmbito do Setor de Patrimônio da UNEAL e tendo em vista a sua relevante incumbência para a comunidade acadêmica, bem como tendo seus efeitos também lançados sobre a comunidade em geral, foram realizadas observações quanto as principais dificuldades no desempenho das atividades atribuídas ao setor de patrimônio da instituição. A partir deste levantamento, torna-se relevante e indispensável a mensuração dos obstáculos advindos ao setor, bem como as suas devidas propostas de soluções. Sendo assim, a incumbência deste trabalho está baseada na observação dos problemas instituídos e nas suas devidas sugestões de melhorias. Este trabalho teve como seu eixo norteador investigar os problemas operacionais no setor e traçar um panorama da atual situação de funcionamento, além de descrever os principais obstáculos encontrados que restringem o seu bom funcionamento e formular propostas de intervenções que possam contribuir para a melhoria no desempenho das funções do Setor de Patrimônio da UNEAL.

**Palavras-chaves:** Administração Pública. Controle. Patrimônio. UNEAL.

## **ABSTRACT**

From the analysis, the activities developed in the field of the Heritage Sector of UNEAL and in view of their relevant participation in an academic community, as well as having their effects also on a community in general, without the performance of the activities attributed to the institution's equity sector. From this survey, it becomes relevant and indispensable to measure the obstacles to the sector, as well as its due proposals for solutions. Therefore, an assignment of this work is in the area of observation of the problems instituted and in their due suggestions for improvements. This work had as its guiding axis to investigate the operational problems in the sector and to give an overview of the current operational situation, besides describing the main obstacles found to restrict its proper functioning and proposed forms of interventions to promote no performance of the functions of the Capital Sector of UNEAL.

**Key-words:** Public administration. Control. Patrimony. UNEAL.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	7
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	8
3.1 Os Bens e a formação do Patrimônio das Entidades .....	8
3.2 Ações .....	10
3.3 Recursos para viabilização.....	11
3.4 Indicadores de acompanhamento .....	12
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	18
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	19

## 1 INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), presente há 45 anos no contexto educacional do Estado, compete à função de promover o desenvolvimento humano e regional por meio da oferta de ensino superior de qualidade. Com atuação institucional voltada à atender às demandas educacionais da capital e principalmente dos municípios interioranos, busca cada vez mais se consolidar como agente de progresso.

Com estruturação interna desenvolvida por meio de setores e departamentos, a UNEAL conta com uma área especialmente responsável pelas questões tratantes de bens pertencentes à instituição. O Setor de Patrimônio, inserido no escopo de apoio às demais unidades gestoras componentes da Universidade, estão conferidas as funções de controle patrimonial, atividades de recepção, registro, controle, utilização, guarda, conservação, e desfazimento dos bens permanentes da Instituição.

Segundo o Tribunal de Contas da União (2012), dentre as várias atribuições conferidas ao Setor de Patrimônio estão a de planejar, gerenciar e controlar a aquisição, a conservação, a guarda e a distribuição de bens patrimoniais e de consumo no âmbito da Organização Pública, assim como realizar inventário e promover desfazimento de bens.

No que diz respeito à importância deste setor para a continuidade e qualidade dos serviços ofertados pela UNEAL, foi realizado um levantamento por meio de análises e informações em torno dos principais problemas operacionais do setor, os quais tornam-se comprometedores de resultados. Além disso, este artigo será encaminhado aos gestores do setor estudado sob o aspecto de diagnóstico e instrumento de melhoria para atual situação do mesmo.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia empregada foi de suma importância para a realização do estudo, uma vez que selecionou os pontos a serem analisados através do comparativo entre as bibliografias empregadas para o embasamento teórico e a vivência prática do setor, permitindo desta forma a realização de um paralelo entre as duas realidades.

A escolha da Universidade Estadual de Alagoas, Campus Arapiraca, como instituição alvo deste estudo, deve-se a efetividade e eficiência das ferramentas de controle patrimonial empregadas, bem como a eficácia na gestão de seus recursos materiais.

A realização da metodologia deu-se através de estudo qualitativo e quantitativo, pela abordagem de Estudo de Caso, através da consulta a documentos internos da instituição, legislações balizadoras e entrevistas com os responsáveis pelo setor de patrimônio e almoxarifado, além da busca por informações no site oficial da instituição.

Além disso, empregou-se o acompanhamento in loco das rotinas de trabalho desse setor, utilizando-se do método de observação, para analisar e acompanhar as tomadas de decisões e o trabalho dos servidores responsáveis pelo controle e administração do erário.

Por fim, através dos dados coletados e posteriormente analisados foi possível sintetizá-los e transcrevê-los na forma do artigo científico, aliando a teoria com a prática vivenciada.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os sistemas patrimoniais consistem em importantes ferramentas de gestão e controle das entidades públicas, uma vez que auxiliam na regularização das ações tomadas pelos responsáveis por seu gerenciamento.

Leis específicas estabelecem os termos de sua atuação, sendo imprescindível para isso a definição dos principais conceitos de seus componentes, assim como a classificação dos bens, além da forma como é realizada a gestão patrimonial tanto em esfera Federal, Estadual ou Municipal, e das suas Autarquias e Fundações, por meio da elaboração de inventários, incorporação e baixa do patrimônio público.

#### **3.1 Os Bens e a formação do Patrimônio das Entidades**

De acordo com Kohama (2009), o termo patrimônio, de modo geral, pode ser entendido como sendo o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a pessoas físicas e jurídicas, sendo resultado da soma dos bens e direitos pertencentes ao ativo da instituição, subtraindo-se pelas obrigações que representam o passivo da mesma.

Já para Meirelles (2008) antes de chegar à definição de patrimônio, deve-se observar o conceito de bem, uma vez que este é amplo e abrange tudo aquilo que tem valor econômico ou moral e que seja suscetível de proteção jurídica, sendo que se tratando de entidades públicas, o mesmo pode ser entendido como o conjunto de todas as coisas corpóreas ou incorpóreas que pertençam ao mesmo.

Neste sentido, o Código Civil Brasileiro (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), diferencia em seu artigo 98 os bens públicos e os particulares, citando que “São Públicos os bens do domínio nacional pertencentes a pessoas jurídicas de direito público interno, todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertençam”.

Os bens de uso comum do povo podem ser compreendidos como aqueles postos a disposição da coletividade de forma gratuita ou remunerada, conforme legislação específica, não podendo ser inventariados e nem alienados (KOHAMA, 2009).

Já os bens de uso especial, são aqueles que estão a serviço público e constituem uma utilidade pública, necessitando de pessoas que administrem estes serviços, sendo que enquanto estiverem sendo usados com esta função, realizada por dispositivo legal, são declarados inalienáveis, não podendo sua posse ser transferida por qualquer forma de alienação, assim como os bens de uso comum do povo, que também

obedecem a esta regra, porém estes bens de uso especial são inventariados. Os bens domínios, representam o patrimônio público, como objeto de direito pessoal ou real, sendo que estes são os que interessam a contabilidade pública, uma vez que são os que merecem registro e escrituração contábil, onde são inventariados e podem ser alienados, sendo que os demais devido as suas características especiais, não constituem o patrimônio propriamente dito das entidades (KOHAMA, 2009).

E para que estes bens sejam devidamente organizados para uma posterior conferência, SOUZA (2002) diz que é indispensável a classificação adequada dos mesmos quanto à sua natureza, de forma a caracterizá-los como móveis e imóveis. Para Pozo (2001), podem ser considerados bens móveis aqueles que podem ser deslocados de posição sem que para isso percam a sua constituição física, tendo como exemplos máquinas e veículos. Em contra ponto, os imóveis são aqueles que se deslocados, perdem sua forma original, ou não podem ser deslocados, como prédios e terrenos.

Oliveira e Silveira (2002) mostram que o controle de movimentação dos bens das administrações públicas deve acontecer através da edição de termos de movimentação em que sejam oficializadas tais operações, devendo o responsável anterior e futuro conferir os dados do bem transferido a fim de serem resguardadas as responsabilidades de danos causados ao erário.

Com o intuito de garantir o controle do patrimônio público, Piscitelli et al. (2002) definem o inventário como a discriminação organizada e analítica de todos os bens (permanentes ou de consumo) e valores de um patrimônio, num determinado momento, visando atender uma finalidade específica. Além disso, o inventário também pode ser utilizado para auxiliar as tomadas de contas indicando saldos existentes, encontrar irregularidades e providenciar as medidas cabíveis.

Os inventários na Administração Pública devem ser elaborados não apenas por uma questão de rotina ou de disposição legal, mas também como forma de controle, tendo em vista que os bens nele dispostos não pertencem a uma pessoa física, mas ao Estado, e devem estar resguardados quanto a quaisquer danos, com o objetivo de apurar a responsabilidade dos agentes sob cuja guarda se encontram determinados bens.

### 3.2 Ações

Quadro 1 – Problemas X Ações de Estruturação

PROBLEMAS	AÇÕES
Necessidade de mais funcionários devido à demanda de trabalho.	Contratação de serviço terceirizado de funcionários e de estagiários, sob o prisma do aumento do número de colaboradores a fim de atender as demandas da instituição e desempenhar efetivamente as atribuições do setor. Neste caso, tomaria como cargo de chefia um servidor a fim de garantir a sincronia entre as demandas e as funções de cada funcionário.
Carência de um depósito geral para guardar os bens irrecuperáveis, antieconômicos, recuperáveis e ociosos, para melhor controle e organização dos mesmos.	Construção de um depósito para alocação dos bens inservíveis da IES por meio da utilização de salas ociosas. Caso necessário, poderá ser realizadas reformas de adaptação a fim de abrigar adequadamente os bens obsoletos.
Ausência de um manual para o patrimônio com normas e procedimentos específicos para um maior controle dos bens da Universidade.	Implantação de diretrizes e procedimentos reguladores formulados para a consolidação do manual do patrimônio da instituição.
Carência de um sistema próprio de patrimônio integrado com a contabilidade, a fim de realizar a depreciação mensal, incorporação e baixa dos bens, proporcionando aos trabalhos, agilidade e eficiência a um nível superior.	Uniformização dos procedimentos através da implantação de um sistema informatizado para o controle dos bens, integrado com o setor de contabilidade. Tal sistema poderá ser adquirido por meio da aquisição de um software livre.
Necessidade de implantar um sistema de	Uniformização dos procedimentos através da

tombamento com leitor de código de barras.	implantação de um sistema informatizado para o controle dos bens e realização de inventário. Tal sistema poderá ser adquirido por meio da aquisição de um software livre.
--	---

Fonte: Próprio autor, 2017.

### 3.3 Recursos para viabilização

Quadro 2: Problemas X Recursos Necessários

PROBLEMAS	RECURSOS
Necessidade de mais funcionários devido à demanda de trabalho.	<b>Recursos Humanos:</b> contratação de pelo menos 05 (cinco) funcionários, sendo 3 terceirizados e 2 estagiários (um para o turno da manhã e outro para o turno da tarde) a fim de compor a equipe técnica do setor.
Carência de um depósito geral para guardar os bens irrecuperáveis, antieconômicos, recuperáveis e ociosos, para melhor controle e organização dos mesmos.	<b>Recursos Materiais:</b> Utilização de salas ociosas como fim de depósito para alocação dos bens inservíveis da IES. Se necessário, poderão haver reformas de adaptação a fim de abrigar adequadamente os bens obsoletos.
Ausência de um manual para o patrimônio com normas e procedimentos específicos para um maior controle dos bens da Universidade.	<b>Recursos Materiais:</b> Criação do manual do patrimônio da instituição, de acordo com a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, a qual rege as normas da contabilidade pública.
Carência de um sistema próprio de patrimônio integrado com a contabilidade, a fim de realizar a depreciação mensal, incorporação e baixa dos bens, proporcionando aos trabalhos, agilidade e eficiência a um nível superior.	<b>Recursos Tecnológicos:</b> Aquisição e utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação (TI), através do uso dos seus componentes: hardware, software, sistemas de telecomunicações, gestão de dados e informações.

Necessidade de implantar um sistema de tombamento com leitor de código de barras.	<b>Recursos Tecnológicos:</b> Aquisição e utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação (TI), através do uso dos seus componentes: hardware, software, sistemas de telecomunicações, gestão de dados e informações.
---	---

Fonte: Próprio autor, 2017.

### 3.4 Indicadores de acompanhamento

O Ciclo PDCA (Planejar-Executar-Verificar-Agir) se mostra o indicador mais apropriado e completo para o gerenciamento da qualidade das atividades e serviços prestados pelo Setor de Patrimônio da UNEAL, bem como toda a gestão dos seus recursos, sejam eles humanos, financeiros, materiais ou tecnológicos.

Sendo assim, através das fases do Ciclo PDCA, o acompanhamento de todo o processo estruturante do setor de patrimônio da IES se dá da seguinte forma:

- 1) **Planejamento:** - Identificação dos problemas enfrentados pelo setor departamental;  
- Formulação das ações de estruturação.
- 2) **Execução:** Aplicação do plano de ações de estruturação (Quadro 1).
- 3)  **Checagem:** Análise dos resultados da aplicação das ações de estruturação.
- 4) **Ação:** Atuação de forma corretiva às falhas encontradas durante o processo. Após esse procedimento, dar-se início novamente ao Ciclo e suas etapas, de forma a se obter continuidade no processo de melhoria contínua dos procedimentos do Setor de Patrimônio da UNEAL.

Figura 1 – Ciclo PDCA



Fonte: Próprio autor, 2017.

Além do uso do Ciclo PDCA como instrumento de medição da qualidade, outro indicador também pode ser utilizado a fim de se traçar o panorama atualizado da situação de funcionamento do setor, além de identificar os principais problemas e suas devidas ações de intervenção para que se tenha melhoria no desempenho das funções do Setor de Patrimônio da UNEAL. Tal indicador foi formulado pela Secretaria de Gestão Pública e é intitulado de Matriz de Acompanhamento ou Matriz para Identificação e Acompanhamento de Impacto.

A proposta da Matriz de Acompanhamento é delinear a perspectiva atual do setor, o objetivo a que se propõe a análise, a situação problema, as ações de estruturação e seu tipo (se de desburocratização ou de gestão pública), a meta, o indicador (ex: nível de agilidade nos processos informatizados de controle dos bens), sua dimensão (se possui critérios de eficiência, eficácia, efetividade ou economicidade), a descrição desse indicador, a faixa mínima e máxima de aceitação, o local (órgão, setor, departamento, etc), a frequência de mensuração dos resultados, o responsável pelo acompanhamento da ação, e por fim, resultados mensurados (avaliadas em pelo menos três momentos principais: antes, três meses e 15 meses).

Assim, de acordo com as ações de estruturação formuladas, a Matriz de Acompanhamento para cada uma dessas ações se desenha da seguinte forma:

#### **AÇÃO 1 – Contração de funcionários**

<p><b>Objetivo:</b> Atender de maneira eficiente as demandas da instituição e desempenhar efetivamente as atribuições do setor.</p>
---

<b>Situação Problema:</b> Insuficiência de mão de obra operante, por meio de um número reduzido de funcionários no setor.			
<b>Ação/Origem:</b> Contratação de pelo menos 05 (cinco) funcionários, sendo 3 terceirizados e 2 estagiários (um para o turno da manhã e outro para o turno da tarde) a fim de compor a equipe técnica do setor.			
<b>Meta:</b> Aumentar o número de funcionários no quantitativo de 5 (cinco), no período de 6 (seis) meses.			
<b>Indicador de Desempenho:</b> Aumento do número de funcionários no setor.			
<b>Dimensão (critério do indicador):</b> Efetividade.			
<b>Descrição do Indicador:</b> Aumento do número de funcionários no setor, no período de seis meses.			
<b>Faixa Aceitável:</b>	<b>Mínima:</b> Aumento de 50% do número total de funcionários.	<b>Máxima:</b> Aumento de 100% do número total de funcionários.	
<b>Local:</b> Setor de Patrimônio da UNEAL.			
<b>Frequência de Mensuração dos Resultados:</b> Trimestral.			
<b>Responsável:</b> José Saraiva dos Santos.			
<b>Resultados:</b>	<b>Antes:</b> 4 (funcionários)	<b>3 Meses:</b>	<b>6 Meses:</b>

## AÇÃO 2 – Construção de um depósito

<b>Objetivo:</b> Alocação de bens inservíveis da IES, por meio da utilização de salas ociosas como depósito destes.			
<b>Situação Problema:</b> Empilhamento de bens obsoletos em áreas diversas da instituição.			
<b>Ação/Origem:</b> Utilização de salas ociosas como fim de depósito para alocação dos bens inservíveis da IES. Se necessário, poderão haver reformas de adaptação a fim de abrigar adequadamente os bens obsoletos.			
<b>Meta:</b> Fazer o mapeamento de salas ociosas e suas devidas adaptações no período de 12 (doze) meses.			
<b>Indicador de Desempenho:</b> Construção de um depósito.			
<b>Dimensão (critério do indicador):</b> Eficiência.			
<b>Descrição do Indicador:</b> Construção de um depósito por meio da utilização de salas, para alocação de bens inservíveis da IES, no período de 12 (doze) meses.			
<b>Faixa Aceitável:</b>	<b>Mínima:</b> Alocação de 50% dos	<b>Máxima:</b> Alocação de 100% dos	

	bens inservíveis da IES nestas salas-depósito.	bens inservíveis da IES nestas salas-depósito.
<b>Local:</b> Setor de Patrimônio da UNEAL.		
<b>Frequência de Mensuração dos Resultados:</b> Trimestral.		
<b>Responsável:</b> Karla Celys da Silva Jatobá		
<b>Resultados:</b>	<b>Antes:</b> Bens inservíveis dispersos, sem um depósito.	<b>6 Meses:</b>
		<b>12 Meses:</b>

### AÇÃO 3 – Criação de Manual para o patrimônio

<b>Objetivo:</b> Implantação de diretrizes e procedimentos reguladores formulados para a consolidação do Manual do Patrimônio da instituição.		
<b>Situação Problema:</b> Exiguidade de normas e diretrizes internas que regulamentem as questões patrimoniais, financeiras e orçamentárias na UNEAL.		
<b>Ação/Origem:</b> Criação do manual do patrimônio da instituição, de acordo com a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, a qual rege as normas da contabilidade pública.		
<b>Meta:</b> Formular e consolidar o Manual do Patrimônio da UNEAL no prazo de 12 (doze) meses.		
<b>Indicador de Desempenho:</b> Consolidação do Manual de Patrimônio da UNEAL.		
<b>Dimensão (critério do indicador):</b> Efetividade.		
<b>Descrição do Indicador:</b> Formulação e consolidação do Manual de Patrimônio da UNEAL, no período de 12 (doze) meses.		
<b>Faixa Aceitável:</b>	<b>Mínima:</b> Criação de 50% do Manual de Patrimônio, no período de 6 (seis) meses.	<b>Máxima:</b> Criação e consolidação de 100% do Manual de Patrimônio, no período de 12 (doze) meses.
<b>Local:</b> Setor de Patrimônio da UNEAL.		
<b>Frequência de Mensuração dos Resultados:</b> Semestral.		
<b>Responsável:</b> Michell Fabrício Moura da Silva.		
<b>Resultados:</b>	<b>Antes:</b> Ausência de Manual para o patrimônio.	<b>6 Meses:</b>
		<b>12 Meses:</b>

### AÇÃO 4 – Criação de um sistema integrado do patrimônio à contabilidade

<b>Objetivo:</b> Uniformização dos procedimentos através da implantação de um sistema informatizado para o controle dos bens, integrado com o setor de contabilidade.
---

<b>Situação Problema:</b> Carência de um sistema próprio de patrimônio integrado com a contabilidade para realização de depreciação mensal, incorporação e baixa dos bens.			
<b>Ação/Origem:</b> Aquisição e utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação (TI), através do uso dos seus componentes: hardware, software, sistemas de telecomunicações, gestão de dados e informações.			
<b>Meta:</b> Aquisição e utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação (TI) no prazo de 6 (seis) meses.			
<b>Indicador de Desempenho:</b> Informatização e integração entre o setor de Patrimônio e Contabilidade.			
<b>Dimensão (critério do indicador):</b> Eficácia.			
<b>Descrição do Indicador:</b> Informatização e integração entre os processos do setor de Patrimônio e a Contabilidade, no prazo de 6 (seis) meses.			
<b>Faixa Aceitável:</b>	<b>Mínima:</b> Uniformização dos procedimentos em 70%.	<b>Máxima:</b> Uniformização dos procedimentos em 100%.	
<b>Local:</b> Setor de Patrimônio da UNEAL.			
<b>Frequência de Mensuração dos Resultados:</b> Trimestral.			
<b>Responsável:</b> Michell Fabrício Moura da Silva			
<b>Resultados:</b>	<b>Antes:</b> Supressão de integração dos procedimentos do setor de patrimônio e a contabilidade.	<b>3 Meses:</b>	<b>6 Meses:</b>

#### **AÇÃO 5 – Implantação de tombamento com leitor de código de barras**

<b>Objetivo:</b> Uniformização dos procedimentos através da implantação de um sistema informatizado para o controle dos bens e realização de inventário. Tal sistema poderá ser adquirido por meio da aquisição de um software livre.
<b>Situação Problema:</b> Necessidade de implantar um sistema de tombamento com leitor de código de barras.
<b>Ação/Origem:</b> Aquisição e utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação (TI), através do uso dos seus componentes: hardware, software, sistemas de telecomunicações, gestão de dados e informações.
<b>Meta:</b> Aquisição e utilização de ferramentas da Tecnologia da Informação (TI) no prazo de 6

(seis) meses.			
<b>Indicador de Desempenho:</b> Tombamento de bens com uso do leitor de código de barras.			
<b>Dimensão (critério do indicador):</b> Eficácia.			
<b>Descrição do Indicador:</b> Tombamento de bens com uso do leitor de código de barras, no prazo de 6 (seis) meses.			
<b>Faixa Aceitável:</b>	<b>Mínima:</b> Consolidação do sistema de tombamento com leitor de código de barras em 70%.	<b>Máxima:</b> Consolidação do sistema de tombamento com leitor de código de barras em 100%.	
<b>Local:</b> Setor de Patrimônio da UNEAL.			
<b>Frequência de Mensuração dos Resultados:</b> Trimestral.			
<b>Responsável:</b> Michell Fabrício Moura da Silva			
<b>Resultados:</b>	<b>Antes:</b> Ausência de sistema de tombamento dos bens com leitor de código de barras.	<b>3 Meses:</b>	<b>6 Meses:</b>

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base no presente Projeto de Intervenção, foi possível observar a totalidade de um processo de melhoria por meio da análise, identificação de obstáculos, formulação de soluções e acompanhamento da efetividade das atividades e funções, sejam elas do setor de uma organização ou da própria organização como um todo.

No caso aqui estudado, foram percebidos inúmeros impasses no desempenho das atividades do Setor de Patrimônio da Universidade Estadual de Alagoas – setor responsável por todo gerenciamento e controle de aquisição, conservação, guarda e distribuição dos bens patrimoniais e de consumo da IES.

A partir da perspectiva estruturante do projeto de intervenção desenvolvido, será possível contribuir no alcance de melhorias internas e externas ao setor estudado. Tais contribuições são consideradas bastante relevantes, pois através de um olhar sistêmico e do uso do Ciclo PDCA como indicador de desempenho, bem com o uso da Matriz para Identificação e Acompanhamento de Impacto, formulado pela Secretaria de Gestão Pública, foi possível identificar os principais obstáculos enfrentados pelo setor, propor as devidas ações estruturantes, bem como dar continuidade ao processo contínuo de melhoria, não tornando-o restrito apenas ao determinado setor, podendo estendê-lo aos demais departamentos da UNEAL.

Assim sendo, a partir de tal vivência proporcionada a nós, futuros Administradores Públicos, foi possível despertar a sensibilidade e a capacidade de realizar tal procedimento na busca por melhores condições de trabalho e maior efetividade no atendimento das demandas da população.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.
- BRASIL. Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**. Brasília, 10 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm)>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm)>. Acesso em 28: ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria nº 448 de 13 de setembro de 2002**. Divulga o detalhamento da natureza das despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BFD3EA6DB4933/p\\_20050913\\_448.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BFD3EA6DB4933/p_20050913_448.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- OLIVEIRA, Margere Rosa de; SILVEIRA, Maria Aparecida Cardoso da. **Gestão Patrimonial**. Porto Alegre: Famurs, 2002.
- POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2001.
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. São Paulo: Atlas, 2002.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. Define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União. **Resolução – TCU nº 253, de 21 de dezembro de 2012**, Art. 62, inciso I.

UNEAL. **Site da Universidade Estadual de Alagoas**. Disponível em <<http://www.uneal.edu.br>>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.